

Qualificação e Relações de Gênero na Economia Solidária

Avance de investigación en curso

GT11- Gênero, desigualdades e cidadania

Carolina Orquiza Chermem

Resumo

Pesquisas recentes refletem sobre os motivos pelos quais as organizações de Economia Solidária vêm atraindo grande quantidade de mulheres. Elas indagam sobre a relação entre a precariedade das condições de trabalho de algumas experiências e a predominância da força de trabalho feminina. Ao analisar a evolução histórica do trabalho das mulheres, observa-se que não existe uma relação direta entre qualificação, tecnologia e valorização do trabalho feminino, o que também se reproduz na Economia Solidária. Dessa forma, o artigo busca relacionar a grande presença e a motivação das mulheres em participar desses espaços de trabalho, com o debate da qualificação profissional de mulheres. Também busca compreender as especificidades da formação e qualificação de homens e mulheres nas diferentes cooperativas pesquisadas.

Palavras-Chave: Mulheres, Qualificação, Economia Solidária

Introdução

O artigo proposto refere-se à pesquisa de doutorado que vem sendo desenvolvida em diferentes empreendimentos de Economia Solidária que visam construir uma proposta de geração de renda para uma população excluída do mercado de trabalho. Destaca-se a grande quantidade de mulheres nesses empreendimentos, o que vem chamando a atenção de diferentes estudiosos e estudiosas do tema (Wirth, 2010; Nobre, 2003; Guérin, 2005, Chermem, 2009; Costa, 2007).

No caso do Brasil os motivos que confluíram para a inserção das mulheres nos empreendimentos solidários foram, principalmente, as altas taxas de desemprego entre elas nos anos 90 e início dos 2000, ao lado do movimento de incentivo à criação de cooperativas nestes anos. A isso se soma o fato de o setor não exigir altas categorias de formação profissional, atraindo uma gama de mulheres desempregadas, principalmente aquelas com mais de 40 anos e de baixa escolaridade.

Ao analisar a evolução histórica do trabalho das mulheres, observa-se que não existe uma relação direta entre qualificação, tecnologia e valorização do trabalho feminino (Gardey, 2003; Maruani & Hirata, 2003; Kergoat, 2012). Inicialmente, a baixa qualificação dos postos de trabalho femininos era atribuída ao menor valor de seu capital humano, medido pelo diploma e pela experiência. Porém, nos últimos anos, as mulheres se destacaram significativamente no que tange à escolaridade, mas essa melhora na qualificação não representa ainda melhora equivalente nos postos de trabalho que ocupam.

Kergoat (2009) explica que a justificativa presente neste debate é a de que os trabalhos femininos, caracterizados pelo cuidado, capricho, delicadeza são menos valorizados, pois não seriam trabalhos qualificados, mas desenvolvidos a partir de características naturais das mulheres. Enquanto os trabalhos masculinos, que envolvem manuseio de maquinário pesado e força física são mais valorizados, pois seriam habilidades resultantes de processos de qualificação profissional.

É a estas questões que o artigo se dedica. Ele busca relacionar a grande presença e a motivação das mulheres em participar de diferentes empreendimentos de Economia Solidária, com o debate da

qualificação profissional de mulheres. Também busca compreender as especificidades da formação e qualificação de homens e mulheres nestes espaços de trabalho.

A pesquisa vem se desenvolvendo no Brasil, por meio de metodologia participante-qualitativa junto aos seguintes empreendimentos: Cooperativa de Reciclagem Bom Sucesso - Campinas/SP; Coletivo de Mulheres do Assentamento Rural Elisabete Teixeira – Limeira/SP; Empresa Recuperada Catende-Harmonia – Catende/PE; Rede de Mulheres Produtoras do Nordeste – Recife/PE. Ao longo do artigo os exemplos dados referentes ao campo empírico estão relacionados à estas cooperativas pesquisadas.

Para cumprir a proposta deste texto, na primeira parte ele se dedicará às discussões de diferentes pesquisas em torno das relações de gênero e do lugar que as mulheres ocupam na economia solidária. Num segundo momento ele fará a relação entre qualificação, gênero e economia solidária a partir da pesquisa de doutorado que vem sendo desenvolvida nas cooperativas supracitadas. Por fim, apresenta algumas conclusões iniciais tendo em vista o processo da pesquisa que ainda não foi finalizada.

1. Mulheres e Economia Solidária

Embora os estudos no âmbito da economia solidária venham crescendo, ainda são recentes os que enfatizam a condição das mulheres e as relações de gênero nesta economia. De maneira geral, entre os estudos que encontramos, prevalecem, principalmente, aqueles que, de um lado refletem sobre as contribuições que a economia solidária e suas políticas podem conferir ao trabalho das mulheres; e de outro, aqueles que apontam as dificuldades e limitações da economia solidária, no que concerne à igualdade de gênero tanto no interior dos empreendimentos solidários, como no que tange às políticas públicas e sua capacidade de interferir na vida cotidiana das mulheres (Guérin, 2005; Chermem, 2009; Wirth, 2010).

Nas pesquisas de Isabelle Guérin (2005), por exemplo, ao investigar estudos de caso na França e na África, a autora constatou que as relações de proximidade desenvolvidas pelas mulheres facilitam o ingresso na economia solidária e conseqüentemente o acesso a distintos direitos sociais. Guérin (2009) inicia sua investigação refletindo sobre o fato de as mulheres não terem sido consideradas como pertencentes aos movimentos associativos do século XIX e da primeira metade do século XX, já que não foram incluídas como sujeitos que também participaram da história de luta destes movimentos.

Contudo, ao longo da história, as mulheres foram criando certa identidade em torno das reuniões em grupo, além de terem inventado profissões do trabalho social, como o serviço social e os centros de assistência. Guérin (2005) observa que até os dias atuais muitas mulheres estão envolvidas em relações de reciprocidade que proporcionam coesão à família e à sociedade, sendo estas relações expressas nas práticas de se reunir em grupos. Dessa forma, ela observa que existe maior possibilidade de as mulheres se engajarem em movimentos solidários e coletivos.

Nobre (2003) concorda com essa discussão e analisa que pelas relações de proximidade nas quais sempre estiveram envolvidas, as mulheres são importantes interlocutoras e conhecem os problemas dos bairros, das comunidades em que vivem, podendo desenvolver projetos que vão ao encontro das necessidades delas e do entorno. A autora acrescenta a esta possibilidade de auto-organização o fato de as mulheres serem as mais afetadas pelo desemprego e subemprego.

Nessa direção, cabe destacar que a maior parte das pesquisas enfatiza que a exclusão do mercado de trabalho formal representa o primeiro impulso para a inserção das mulheres às alternativas solidárias. Muitas mulheres encontram na economia solidária a única opção de trabalho num momento em que a perda de referenciais no mercado de trabalho é algo preponderante (Costa, 2007).

Os estudos pelos quais nos pautamos apontam que as mulheres encontram na economia solidária uma organização que permite geração de renda e conquista de outros ganhos advindos do

trabalho coletivo organizado. Contudo, faz-se necessário aprofundar ainda uma questão nesses estudos: em que medida os empreendimentos solidários contribuem para superar a divisão sexual do trabalho e até que ponto mantêm essa divisão nos espaços de trabalho?

Novamente tendo como base as pesquisas de Guérin (2005), observa-se que as obrigações familiares continuam sendo um peso para as mulheres dos empreendimentos. Peso no sentido de serem motivos de falta ou até mesmo de desistência do trabalho, por não conseguirem conciliar as atividades e terem excesso de trabalho.

Seguindo a mesma perspectiva crítica, Quintela (2006) contribui com esta discussão ao refletir sobre a garantia dos direitos das mulheres nos empreendimentos solidários. A autora questiona: como ficam a licença-maternidade, as férias, todas as conquistas trabalhistas que se alcançaram graças à luta dos trabalhadores e trabalhadoras? Para Quintela (2006) os direitos trabalhistas são muito importantes para garantir maiores possibilidades às mulheres no mercado de trabalho, direitos estes muitas vezes não garantidos nos empreendimentos solidários.

Em pesquisa desenvolvida com um grupo de mulheres marceneiras durante o mestrado (Cherfem, 2009), verifiquei que, de um lado, a prática autogestionária facilitava, em certa medida, a conscientização das mulheres em torno da divisão sexual do trabalho. Isto porque ao fazerem os trabalhos na marcenaria, trabalho historicamente entendido como uma prática masculina, as mulheres percebiam que podiam desenvolver atividades antes não desenvolvidas. Assim, esta percepção do trabalho prático extrapolava os espaços da marcenaria e influenciava novos comportamentos em casa. Também observei as marceneiras sendo lideranças, aprendendo a participar de espaços públicos, viajando, qualificando-se profissionalmente, sendo solidárias umas com as outras e começando a refletir sobre a divisão do trabalho em suas casas.

Contudo, de outro lado, identifiquei que as mesmas relações de dominação que organizam hierarquicamente as relações da sociedade também organizam as relações nessas cooperativas, mesmo que elas se preponham a fazer algo diferente. Vi a dificuldade das mulheres marceneiras serem reconhecidas como donas da cooperativa, a dificuldade delas para não faltarem ao trabalho e vi a divisão sexual do trabalho em termos de produção e reprodução quando meninos jovens foram inseridos na cooperativa (eles eram mal vistos pela comunidade por terem se inserido num projeto de mulheres, mas eles iam para os cursos de qualificação e elas limpavam o banheiro. Elas apresentavam grandes dificuldades de compreensão técnica, por não terem estudado, e eles se destacavam nos novos aprendizados). E então, no doutorado segui refletindo sobre as questões que impulsionam este texto: Qual é efetivamente a capacidade dessas experiências de ES de interferirem na vida cotidiana e no trabalho das mulheres? O que a ES pode mostrar de novo em termos de superação das relações de dominação de sexo que interpelam a sociedade?

Cabe considerar ainda que, embora as mulheres tivessem iniciado uma cooperativa, se organizado coletivamente, tivessem ocupado novos espaços, ainda assim elas não se sentiam qualificadas, o que se repetia em distintas cooperativas formadas por mulheres.

Dessa forma, no doutorado, ao analisar as relações de gênero na ES, outro conceito se tornou fundamental, a saber, o da qualificação profissional. Isso porque a des-qualificação das mulheres legitima o discurso dominante da divisão sexual do trabalho, na medida em que justifica os lugares que elas ocupam em diferentes atividades, produtivas ou reprodutivas. Desse ponto de vista, torna-se fundamental refletir sobre quais trabalhos as mulheres realizam e que lugar elas ocupam nas cooperativas a partir das qualificações que lhes foram reservadas e que são vinculadas ao trabalho produtivo e à trajetória de trabalho delas. E da mesma forma, pensar qual é o lugar que os homens ocupam também a partir de suas trajetórias de trabalho e qualificação. A seguir passaremos para esta discussão a partir das diferentes experiências pesquisadas.

2. Catende-Harmonia: desafios de uma Fábrica Recuperada

A Cooperativa Catende-Harmonia, formou-se a partir da falência da Usina Catende no ano de 1995. A empresa do setor sucroalcooleiro, localizada na Zona da Mata de Pernambuco (municípios de Catende, Jaqueira, Palmares, Água Preta e Xexéu), foi recuperada pelos trabalhadores com apoio dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão - Anteg.

Em síntese, após a falência da Usina Catende, os trabalhadores entraram num processo de massa falida. Neste processo, a administração da Usina passou a ser responsabilidade do Poder Judiciário. O Juiz, por sua vez, foi representado por um “síncico” para administrar o empreendimento. No ano de 2000 este síncico passou a ser um trabalhador indicado pelo conjunto dos próprios trabalhadores da empresa recuperada.

A Usina em posse dos trabalhadores tornou-se um complexo formado, de um lado, pela indústria e, de outro, pela constituição de um Assentamento de Reforma Agrária representado por uma Cooperativa, a Catende-Harmonia. A Cooperativa foi formada pelos sócios-trabalhadores, mas também abrigava os assalariados que não quiseram se tornarem cooperados da empresa recuperada.

Trata-se de uma experiência bastante complexa devido a sua amplitude (5 municípios e 1.300 trabalhadores), bem como devido ao setor da cana de açúcar que envolve grande disputa política na luta por terras no Brasil.

Contudo, o que eu destaco nessa experiência é primeiramente o grande avanço na luta desses trabalhadores por terem conseguido formar um Assentamento que abrange 5 municípios do Nordeste e terem conseguido se organizar coletivamente. Além disto, destacam-se os projetos educativos de formação política e técnica dos trabalhadores articulados pelos sindicalistas e pelas lideranças da Usina recuperada. A idéia era relacionar as aulas de alfabetização com a discussão das propostas de associação comunitária e participação nas questões da Cooperativa e que envolviam o Assentamento como um todo.

Somando os diferentes projetos existentes, o analfabetismo na região passou de 82 para 17%. Além destes projetos educativos, destaca-se a gama de aprendizados que os trabalhadores entrevistados descreveram ao se referirem às participações nas reuniões, assembléias e atividades organizadas pelos sindicatos e lideranças de Catende para a formação da Cooperativa e do Assentamento. Tratava-se de um saber-fazer conquistado nas experiências de trabalho coletivas.

Contudo, quem realmente teve acesso a esses aprendizados? Tanto nas entrevistas como nas observações realizadas constatei a invisibilidade das mulheres no projeto. De maneira geral, as mulheres compõem uma minoria nas fábricas recuperadas, pois, seguindo a tendência da reprodução da divisão sexual do trabalho, poucas mulheres se encontram na atividade industrial. No caso em questão soma-se o fato de ser o espaço rural, onde as mulheres ainda são invisíveis.

As mulheres em Catende estão no trabalho pesado, do corte da cana e no trabalho de sustentação do Assentamento, ou seja, no trabalho doméstico (cuidado da casa, dos animais, das hortas). Os homens trabalham também no corte da cana, no cuidado com os animais e na Usina. É interessante observar que tanto os homens como as mulheres consideram o trabalho delas no corte da cana como “ajuda” e não como trabalho.

As lideranças de Catende estão começando a apresentar uma preocupação com as atividades que podem ser desenvolvidas pelas mulheres. Contudo, a idéia é construir projetos paralelos à Usina que sejam voltados especificamente para as mulheres, como floricultura, incentivo à participação das mulheres nas Associações de Moradores, fornecimento de marmitta para os trabalhadores da Usina, cooperativa de pães, etc. Ou seja, existe um lugar específico reservado para elas, e este lugar é o que representa as nuances do trabalho reprodutivo. Mesmo que seja no espaço público, que represente a

geração de renda para as mulheres, tratam-se de atividades consideradas secundárias e que não representam o mesmo valor social do trabalho na Usina. As possibilidades apresentadas às mulheres não foram igualmente apresentada aos homens como uma possibilidade de trabalho.

Em síntese, observa-se que a principal dedicação da luta em Catende é de fato econômica. A atuação nesta linha de tensão possibilitou avanços importantes no campo das aprendizagens e qualificação profissional e na melhoria das condições de vida da população (passaram a ter as suas terras, poder se alimentar, melhoraram as condições de trabalho no corte da cana, o que é um grande salto). Mas, de outro lado, os saltos foram dados diferentes para homens e mulheres e no interior desses grupos.

Atualmente Catende se encontra num período bastante complicado na luta contra os grandes usineiros para manter a cooperativa. Após uma fase de algumas conquistas (2004/2009), houve a mudança forçada do síndico da Usina. Em meio à pressão dos usineiros, o poder judicial decretou a mudança de síndico alegando que o anterior vinha descumprindo algumas leis. Segundo os entrevistados, o síndico que representava os trabalhadores foi afastado e o novo “veio com a missão de acabar com o projeto autogestionário...”. Ao analisar a história da Usina Catende, vemos que se trata de um exemplo concreto das possibilidades e dos avanços de um empreendimento constituído sob o controle dos trabalhadores. Mas, ao mesmo tempo, observa-se a reprodução das desigualdades de gênero ao lado de inúmeras dificuldades e as contradições políticas que apresentam limites no avanço deste projeto autogestionário.

3. Rede de Mulheres Produtoras do Nordeste: ênfase na qualificação política de mulheres

O segundo exemplo descreve os casos das Organizações de economia solidária vinculadas à Rede de Mulheres Produtoras do Nordeste. A rede foi criada no ano de 1996 para fortalecer a solidariedade entre mulheres produtoras do campo e da cidade e para dar visibilidade ao trabalho desenvolvido pelas mulheres. Cada grupo pertencente à Rede elege uma representante para desenvolver as atividades e representar o seu grupo na mesma. Esta Rede recebe o apoio e é organizada pela Casa da Mulher do Nordeste (CMN), uma ONG feminista que busca fortalecer a organização produtiva das mulheres.

Conforme os grupos vão apresentando as suas necessidades, a CMN organiza as formações e qualificações necessárias por meio das parcerias que realiza. Também monta cursos ao longo do ano, com ênfase na perspectiva feminista, e convida os grupos da Rede a participarem.

Observa-se nos cursos organizados pela CMN a preocupação com a formação política como tentativa de possibilitar envolvimento nas propostas de Economia Solidária. Essa formação passa pela discussão feminista como possibilidade de engajamento e autonomia de mulheres a partir de sua inserção em atividades produtivas. As mulheres entrevistadas destacaram o aprendizado que vão adquirindo em diferentes espaços nos quais participam, tais como nas feiras, nos intercâmbios realizados com outros empreendimentos, na participação de reuniões com prefeituras, nas lutas e passeatas que organizam, etc.

Porém, mesmo reconhecendo essa formação cotidiana, a maior parte delas valoriza os Cursos que a CMN organiza nas Universidades e Escolas Feministas. Está presente na fala das entrevistadas o desejo de participar de cursos técnicos para se qualificarem. Cursos estes que conferem diploma e valoriza socialmente a qualificação adquirida.

Observa-se que a idéia dominante de qualificação ainda prevalece. Mesmo que reconheçam os novos aprendizados cotidianos adquiridos, mesmo que reconheçam que podem relacionar educação e trabalho sem necessariamente se utilizarem de uma perspectiva escolarizante, as mulheres sentem que

se qualificam verdadeiramente quando recebem um diploma e participam de cursos estruturados de maneira tradicional.

Neves e Leite (1998), explicam que a construção social da qualificação do trabalhador compõe um conjunto de saberes escolares, técnicos e sociais, que o tornam capacitado profissionalmente. É exatamente esta idéia que está presente no imaginário das trabalhadoras.

Ao observar a trajetória de trabalho das entrevistadas, a maior parte ou eram empregadas domésticas ou eram exploradas em empresas de costura, no trabalho na cozinha, etc. Uma das entrevistadas era professora, mas como se afastou da profissão para ter filhos, encontrou dificuldades para retornar a sala de aula quando decidiu voltar ao trabalho. Outra entrevistada era costureira de uma empresa, na qual era obrigada a trabalhar com uma cor de camiseta específica, para que fosse demarcado o seu espaço de deslocamento na empresa. Além disso, todos os dias ela era revista antes de ir embora do trabalho.

Essas mulheres apontam que a “falta de qualificação profissional” e de estudo foi responsável por mantê-las nestes trabalhos precários. Na realidade, trata-se do trabalho mal qualificado e mal pago de muitas mulheres, por serem estas confinadas nos trabalhos manuais, pouco valorizados socialmente e de baixa rotatividade (Leite & Rizek, 1998). Grande parcela delas encontrou dificuldades de se qualificar para obter melhor colocação profissional, principalmente pelo compromisso com as atividades domésticas.

Observou-se que as mulheres entrevistadas foram qualificadas nos espaços de trabalho produtivos a elas destinados, mas se trata de uma qualificação que, mesmo sendo explorada pelo mercado de trabalho, não é valorizada socialmente. Como bem expressou Kergoat (1986, p. 84), “as mulheres têm a formação adaptada aos empregos que lhes são propostos” e elas “são bem formadas pela totalidade do trabalho reprodutivo”.

Dessa forma, nas cooperativas em que trabalham as mulheres encontram a chance de aprender conteúdos que jamais aprenderiam naqueles trabalhos que ocupavam. Por isso muitas delas passam a valorizar significativamente a postura crítica e a capacidade de agir politicamente que adquiriram no cotidiano do trabalho dessas organizações.

4. Coletivo do MST: especificidades de uma organização em movimento social

O terceiro caso refere-se ao Coletivo de Mulheres produtoras do Acampamento Elisabete Teixeira, sob organização do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST. Nesta organização as mulheres participam de um projeto de educação de adultos que busca relacionar educação e trabalho, na medida em que se alfabetizam e ampliam seus conhecimentos escolares por meio de discussões e reflexões críticas em torno de temas como reforma agrária, trabalho de mulheres na agricultura, segurança alimentar, etc.

Segundo as entrevistadas, as aprendizagens de leitura e escrita adquiridas neste projeto as auxiliam para serem lideranças e ocuparem algumas posições, visto que melhoram os seus discursos e ampliam os conhecimentos, sentindo-se mais seguras para a participação e para se posicionarem em diferentes espaços. Além disso, contribui no cotidiano de gestão do coletivo de mulheres: para fazer as contas matemáticas, planejamentos, vender e negociar nas feiras, com compradores, etc. Também se sentem mais valorizadas e com maior auto-estima a partir dos novos conhecimentos adquiridos.

Além destes, a pesquisa identificou que o aprendizado mais significativo refere-se aos proporcionados pelo MST, desde a constituição do Acampamento e na formação de consciência crítica dos acampados na luta pela terra, até as reuniões e assembléias que acontecem com frequência para a organização do mesmo.

Nesta experiência as entrevistadas estão menos preocupadas com o certificado, e mais com os aprendizados que possibilitam mudanças em suas vidas cotidianas e na posição que ocupam no Acampamento. Ou seja, para além do valor simbólico que essa formação representa, elas se sentem qualificadas para o trabalho no movimento social. Nessa direção, observa-se que, embora isso apareça de maneira diferente no interior de cada OSP pesquisada, o termo qualificação de fato relaciona-se a uma formação que prima pela autonomia dos trabalhadores em detrimento de exigências para a formação de mão-de-obra. Assim, fica evidente, tal como apontam Tiriba e Fischer (2009), que a tentativa de construir outra proposta de organização do trabalho exige também outra maneira de formar trabalhadores e de empregar o termo qualificação.

5. Relações de Gênero e Cooperativas de Reciclagem: desafios de um setor

A Cooperativa de triagem de resíduos sólidos “Bom Sucesso”, localizada na região de Campinas/SP, estruturou-se a partir do ano de 2002, sendo parte do Programa de Coleta Seletiva da cidade, o qual foi iniciado em decorrência do fechamento dos lixões como política estatal. Neste processo, as antigas trabalhadoras e trabalhadores do lixão tiveram que se organizar para montar cooperativas.

Segundo a presidenta da Bom Sucesso, com o fechamento dos lixões as pessoas tiveram que montar cooperativas, pois sem estudo e com pouca experiência não conseguiriam encontrar outro trabalho.

A Cooperativa, que iniciou com 34 participantes, hoje é composta por 14 cooperadas e 4 cooperados. Observa-se grande quantidade de mulheres nesta cooperativa, o que não é novidade no setor de reciclagem. Segundo as estimativas do Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclado (MNCR), as mulheres constituem 75% de seus integrantes. Diferentes pesquisas refletem sobre os motivos pelos quais o setor vem atraindo as mulheres, bem como indagam sobre suas possibilidades de feminização (Costa, 2007; Wirth, 2010; Neves, 2009). Nestas pesquisas, é possível sinalizar para uma relação entre a precariedade das condições de trabalho desse segmento e a predominância da força de trabalho feminina.

Nas entrevistas realizadas na Cooperativa Bom Sucesso, observamos que as próprias mulheres definem o trabalho da reciclagem como um trabalho mais apropriado às mulheres. Os principais pontos apontados por elas foram: a) os homens são melhores formados e podem arrumar trabalhos mais valorizados; b) os homens não agüentam ser comandados por mulheres e a presidenta da Bom Sucesso é mulher; c) na cooperativa existem vantagens para as mulheres, pois elas precisam levar os filhos na escola, socorrer a família e assumir atividades que os homens não assumem, assim, elas precisam de horários flexíveis; d) necessidade de trabalhar e sustentar a família sozinhas, diminuindo a opção de escolhas dessas mulheres.

Nessa mesma direção, a pesquisa realizada por Wirth (2010, p. 198) em cooperativas de reciclagem, evidenciou que, para as mulheres, o trabalho, além de representar uma ocupação “de grande duração e com remuneração significativa em suas trajetórias ocupacionais”, representava a possibilidade de “conciliar melhor as atividades produtivas e reprodutivas”. A autora destaca que esta foi uma característica marcante encontrada em todos os depoimentos das mulheres. Em contrapartida, tal questão não aparece nos depoimentos dos homens (Wirth, 2010, p.198). A autora observou que em nenhum caso os homens citam o trabalho na cooperativa como um facilitador para realizar as tarefas domésticas.

Em relação à flexibilidade no trabalho, apesar das vantagens vivenciadas pelas mulheres, a problemática que Wirth (2010) apresenta refere-se ao fato de que esta ausência das mulheres é compreendida, mas não é amparada financeiramente pelas cooperativas. Elas podem faltar, mas

receberão menos ou terão que repor a produção. Na realidade, esta flexibilidade atrai as mulheres, mas elas arcam individualmente com o ônus destas faltas.

Observa-se ainda na Bom Sucesso forte presença de representações sociais que fundamentam a divisão sexual do trabalho: homens nos trabalhos mais valorizados e qualificados, ou seja, na etapa de prensagem do material; e mulheres nos trabalhos que não exigem qualificação técnica e que sejam flexíveis.

Embora na prática as mulheres realizem todos os tipos de trabalho no cotidiano da Cooperativa, inclusive na prensa devido aos altos índices de falta dos homens, elas afirmam que os homens devem ser os responsáveis pelo trabalho pesado. No imaginário da Cooperativa essa divisão é clara e bem definida.

Cabe destacar que o trabalho na prensa, compreendido como atividade masculina, é um dos mais valorizados na cooperativa, pois se trata de uma atividade que precisa de capricho e é fundamental para a venda dos materiais. De qualquer forma, apesar do maior prestígio, o trabalho da prensa corresponde a uma atividade que é pesada tanto para homens quanto para mulheres e, no caso em questão, os homens que desenvolvem esta atividade apresentam idades entre 50 e 60 anos. Neste cenário, as mulheres entrevistadas reconhecem que o ideal seria realizar a prensagem com a tecnologia de maquinários específicos para isso, o que pouparia homens e mulheres deste esforço. Contudo, continuam pensando que, mesmo com as máquinas, o trabalho de manejá-las deveria ser reservado a um homem.

Fica evidente, como afirma Martins (2003, p. 72), que “a divisão sexual do trabalho dentro dos galpões manifesta-se e mantém-se, em parte, através da alegação da existência de habilidades específicas determinadas pelo sexo do trabalhador”. Nessa divisão é explícita a idéia de que o trabalho pesado e a tecnicidade, que simbolizam a qualificação profissional, o poder e o controle sobre a natureza, é associada ao masculino, enquanto os serviços relacionais, simples e com baixas exigências de qualificação são interpretados como pertencentes a um universo inerente à natureza feminina.

Essa dicotomia abre um acesso distinto para homens e mulheres em relação à qualificação para o trabalho, principalmente se considerarmos que a dominação da técnica tornou-se uma disputa nas sociedades modernas. Na medida em que o trabalho se instrumentaliza, também se redefinem os ofícios, ao mesmo tempo em que se redefine quem os realiza (Leite & Rizek, 1998). Embora esta representação social não seja o que de fato acontece na prática da Cooperativa.

Por outro lado, as pesquisas que analisam o setor indicam um avanço significativo na direção da qualificação das mulheres, a saber: a participação política, a ocupação de cargos de liderança e participação de reuniões e em diversos espaços da esfera pública (Costa, 2007; Martins, 2003). Não é incomum encontrarmos nas entrevistas que as mulheres aprenderam a falar, que aprenderam a expressar sua opinião, aumentaram as suas redes de contatos e solidariedade, bem como aprenderam novos conteúdos antes impensáveis em suas vidas como domésticas ou nos outros trabalhos presentes em suas trajetórias profissionais.

Esta possibilidade também aparece em outros setores pesquisados e até mesmo já citados neste artigo. Contudo, o que se revelou como novo na pesquisa deste setor foi a comparação dos aprendizados entre os homens e as mulheres. Isso porque, para elas, esses aprendizados adquiridos foram compreendidos como qualificação profissional, o que não se revelou para eles. Ou seja, os aspectos como as aprendizagens cotidianas e significativa participação política não foram comumente encontrados na fala dos homens, visto que, eles acabam não participando dos espaços coletivos e acessam menos as informações a respeito do grupo cooperado. Dessa forma, eles não aproveitam os espaços para se formarem profissionalmente, o que acontece de forma contrária para as mulheres.

Na Cooperativa Bom Sucesso, por exemplo, identificou-se que os homens dificilmente vão a reuniões fora do empreendimento e não entendem que esses espaços podem servir para qualificá-los

para o trabalho. A isto, soma-se o desconforto em receber remunerações iguais às das mulheres e desempenhar as mesmas tarefas que elas, bem como o desagrado por ser liderado por mulheres.

Em contrapartida, as mulheres passam a participar de cursos, reuniões, movimentos, atividades de intercâmbio com outras cooperativas, entre outras atividades que fazem parte do mundo do trabalho produtivo e qualificado socialmente, antes desconhecido por muitas mulheres. Assim, o que aparece como “novo” e como qualificação para as mulheres, não aparece da mesma forma para os homens, pois estes últimos já tiveram em geral as chances de se formarem profissionalmente nesta direção em outros trabalhos ao longo de suas vidas.

Diante desta constatação, de um lado podemos afirmar que as organizações de Economia Solidária contribuem para a qualificação de mulheres, principalmente se considerarmos as suas trajetórias anteriores no mercado de trabalho, sobretudo, a trajetória de mulheres que não tiveram acesso à escolarização ou a formação profissional, o que é um dado importante na direção das potencialidades do trabalho das mulheres neste movimento. No entanto, de outro lado, estas organizações ainda não são suficientes para representarem uma transformação nos processos de divisão sexual do trabalho no interior da Economia Solidária. Tal transformação trata-se de um processo que vindo sendo aos poucos construídos pelos homens e mulheres que se lançam a essas experiências.

Considerações Finais

Os resultados iniciais apontam que, apesar de não conseguirem romper totalmente com o modelo de qualificação profissional da relação capital/trabalho, as organizações de Economia Solidária pesquisadas apresentaram características importantes por proporcionar que os trabalhadores se formem de acordo com maiores possibilidades de emancipação humana e ampliação de sua capacidade de agir. Destaca-se, sobretudo, a formação política adquirida na maior parte das cooperativas pesquisadas.

Tal constatação revelou-se principalmente para as mulheres, as quais apresentaram trajetórias de precarização no mercado de trabalho e foram, de algum modo, excluídas do direito à formação profissional. Dessa forma, as cooperativas, principalmente àquelas vinculadas a diferentes movimentos sociais (movimento feminista, MST, MNCR), apresentam grandes possibilidades para ampliarem a formação profissional das mulheres nos espaços de trabalho produtivo e para que elas ocupem espaços de liderança.

Contudo, embora consigam avanços no nível das práticas sociais desenvolvidas, a Economia Solidária ainda precisa aprofundar nos debates que pretendem valorizar o trabalho reprodutivo e romper com a naturalização da divisão sexual do trabalho. A pesquisa que vem sendo desenvolvida e que foi descrita nesse artigo busca contribuir para tais reflexões.

Referencias Bibliográficas

Cherfem, C.O. (2009). Mulheres marceneiras e autogestão na economia solidária: aspectos transformadores e obstáculos a serem transpostos na incubação em assentamento rural. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, Brasil.

Costa, B. L. (2007). Em busca de autonomia: A trajetória de mulheres na Economia Solidária. Dissertação de Mestrado não publicada: Belo Horizonte – PUC,.

Gardey, D. (2003). Perspectivas históricas. In Maruani, M. & Hirata, H. (Eds.). *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: editora SENAC São Paulo.

Guérin, I. (2005). *As mulheres e a Economia Solidária*. São Paulo: Edições Loyola.

Guérin, I. (2009). *Femmes, économie et développement*. De la résistance à la justice sociale. Paris : Érès.

Kergoat, D. (1986). Em defesa de uma sociologia das relações sociais. Da análise crítica das categorias dominantes á elaboração de uma nova conceituação. In: Kartchevesky-bulport, A. (Eds.). *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Kergoat, D. (2009). Divisão Sexual do Trabalho. In Hirata, H. (Eds.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: editora UNESP.

Kergoat, D. (2012). *Se battre, disent-elles...* Paris: La Dispute.

Leite, M. P. & Rizek, C. S. (1998). Cadeias, complexos e qualificações. In Neves, M. A. & Leite, M. P. (Eds.). *Trabalho, Qualificação e Formação Profissional*. Série II Congresso Latino Americano de Sociologia do Trabalho. São Paulo: ALAST.

Martins, C. H. B. (2003). Trabalhadores na reciclagem do lixo: dinâmicas econômicas, sócio-ambientais e políticas na perspectiva de empoderamento. Tese de doutorado não publicada, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

Maruani, M. & Hirata, H. (2003). *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: editora SENAC São Paulo.

Neves, M. A. & Leite, M. P. (1998). Qualificação e Formação Profissional: Um Novo Desafio. In Neves, M. A. & Leite, M. P. (Eds.). *Trabalho, Qualificação e Formação Profissional*. Série II Congresso Latino Americano de Sociologia do Trabalho. São Paulo: ALAST.

Neves, M. A. (2009). Gênero, Trabalho e Vulnerabilidade social. Associação de estudos latino-americana – Lasa, Rio de janeiro.

Nobre, M. (2003). *Diálogos entre economia solidária e economia feminista*. Disponível em <http://www.nead.org.br/index.php?acao=artigo&id=24>. Acesso em 20 de fevereiro de 2008.

Quintela, S. (2006). *Economia Feminista e Economia Solidária: sinais de outra economia*. Rio de Janeiro: PACS.

Tiriba, L. & Fischer, M. C. (2009). Saberes do trabalho associado. In Cattani, A; Laville, J-L; GAIGER, L.I. & Hespanha, P. *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra: Editora Almedina.

Wirth, I. G. (2010). **Mulheres na triagem, homens na prensa**. Questões de gênero em cooperativas de catadores. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil.